

Dívida externa **Credores admitem renegociar**

**Da sucursal do
RIO**

Os bancos credores do Brasil já se mostram dispostos a aceitar a renegociação da dívida externa brasileira, condicionando, contudo, sua decisão à apresentação, pelo governo Figueiredo, de um programa coerente e cuja execução se efetue sem concessão das medidas que desvirtuem os resultados pretendidos de combate à inflação e à expansão dos meios de pagamento.

Essa posição foi transmitida pelos próprios banqueiros estrangeiros às autoridades do setor econômico e pelos representantes de suas filiais no Brasil a economistas e técnicos que com eles se têm reunido nas últimas semanas.

A necessidade de um programa econômico coerente e firme constitui, para os banqueiros, condição fundamental para que, perante os acionistas de seus bancos, possam defender a concessão ao Brasil de um novo empréstimo-jumbo, que poderia chegar a cerca de US\$ 4 ou US\$ 5 bilhões. O grupo de economistas dos bancos credores, que assessorava o comitê de bancos responsável pelos entendimentos com as autoridades brasileiras, já havia transmitido no Brasil sua opinião de que uma mudança de atitude dos bancos credores dependeria de um programa econômico coerente e capaz sobretudo de controlar o dispêndio do setor público.

CARÊNCIA E JUROS

A renegociação a que os bancos credores estão dispostos não envolve exclusivamente a concessão de um novo "jumbo". Contempla, ainda, a fixação de um prazo de carência para o Brasil pagar a amortização do principal de sua dívida externa — que já se encontra em torno de US\$ 80 bilhões — e a possível transformação, em novos empréstimos, dos juros da dívida, que chegam a cerca de US\$10 bilhões por ano.

Para que se chegue ao novo esquema de renegociação, os banqueiros têm deixado claro às autoridades do setor econômico a importância da redução do déficit público, com cortes ainda mais rigorosos dos subsídios. São esses subsídios que têm constituído o fator principal da expansão da base monetária: somente no período janeiro-junho, a rubrica "pagamentos por conta do governo federal", abrangendo o aviso GB-588, a conta-petróleo, os estoques reguladores e os subsídios ao trigo, representou dispêndios de Cr\$ 1,72 trilhão de um total de Cr\$ 3,23 trilhões que influíram na expansão da base monetária no período.

Para economistas que têm mantido contato com representantes de bancos credores, estes acreditam que não terão dificuldades em justificar a seus acionistas um novo empréstimo ao Brasil, e condições menos rígidas para o País equacionar o pagamento de sua dívida externa, na medida em que seja elaborado pelas autoridades monetárias um programa econômico confiável, de cuja aplicação ninguém duvide.

1983